

Senado estuda limite de gastos com as câmaras municipais

Custeio do Legislativo nas cidades mais populosas poderá ter apenas 3% da receita

O Senado começa a discutir na próxima semana a proposta de emenda constitucional que limita as despesas com o funcionamento das câmaras municipais. A mudança pretendida na Cons-

tituição estabelece limites rígidos para os gastos, proporcionais à população de cada município e ao total da receita. Cidade com população superior a 1 milhão de habitantes, por exem-

plo, só poderá destinar 3% de sua receita ao custeio de seu Poder Legislativo. O limite pode chegar a 8% nos municípios menos populosos.

PÁGINA 3

ACM é condecorado pelo Emfa

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem a Grã-Cruz da Ordem do Mérito das Forças Armadas, ao lado de Vilma Motta, viúva do ex-ministro Sérgio Motta, homenageado postumamente. A solenidade contou com a presença do presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, e do ministro-chefe do Emfa, general Benedito Onofre Bezerra Leo-

nel. O senador Pedro Piva (PSDB-SP) foi igualmente condecorado, recebendo sua comenda no grau de Grande Oficial. O Estado-Maior das Forças Armadas homenageou ainda os ministros Renan Calheiros (Justiça) e Waldeck Ornelas (Previdência), além dos governadores Cristovam Buarque (DF), Amazonino Mendes (AM) e Almir Gabriel (PA).



Depois de receber a comenda, Antonio Carlos é cumprimentado pelo presidente Fernando Henrique

Proteção ao mogno da Amazônia tem apoio de Marina

PÁGINA 4

A senadora Marina Silva (PT-AC) apoiou ontem a reedição do decreto que proibiu a extração de mogno na Amazônia. Ela considerou a iniciativa governamental capaz de levar o Brasil a agir com mais responsabilidade na proteção do meio ambiente. A senadora pediu ao governo que apoie também o desenvolvimento sustentado da região.

Suplicy quer debate. Melo diz que FHC "não tem medo"

PÁGINA 2

O senador Eduardo Suplicy (foto), do PT de São Paulo, apelou ontem ao presidente Fernando Henrique Cardoso para que participe de debates entre os candidatos à Presidência da República. Em aparte, o senador Geraldo Melo (PSDB-RN) afirmou que FHC "não tem medo" de discutir suas idéias com os demais candidatos. No entanto, lembrou, a lei eleitoral exige que todos os postulantes registrados sejam convidados.



LDO restringe despesa antecipada do Executivo

Caso o Congresso não aprove até 15 de dezembro o orçamento da União para o próximo ano, o governo só terá autorização para gastos antecipados no mês de janeiro. A limitação está prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) sancionada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso em 28 de julho. Antes, a autorização valia por três meses. O Congresso deverá votar depois de outubro 19 vetos do presidente a dispositivos aprovados no dia 1º de julho.

PÁGINA 3

LDO 1999

O Congresso aprovou a LDO para 99 no dia 1º de julho.

Os parlamentares apresentaram **1.160 emendas**

à proposta de LDO na Comissão Mista de Orçamento, que aprovou um substitutivo por acordo de lideranças.

O substitutivo, relatado pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB) no plenário, acolheu **485 emendas.**

O presidente Fernando Henrique Cardoso sancionou a LDO com **19 vetos.**



Suplicy critica FHC por não aceitar debate

Senador faz apelo para que o presidente da República mude de postura e sugere que o Senado e a Câmara promovam um debate entre os candidatos através de seus canais de televisão

PROGRAMAÇÃO

TV SENADO

HOJE

7h - Entrevista com o senador José Sood (PMDB-GO) sobre a criação da Região Metropolitana do Entorno do DF
7h30 - Entrevista Especial UNIP - programa produzido pela Universidade Paulista, onde o médico Drauzio Varella entrevista o dr. Luiz Coeteno da Silva, sobre o fígado
8h30 - Debate com Ivan Ferreira do Prodasen e Paulo César Zeredo da empresa de informática TBA sobre "bug" do milênio na informática
9h30 - Entrevista com o senador José Sood (PMDB-GO) sobre a criação da Região Metropolitana do Entorno do DF
10h - Sessão plenária (IV)
11h30 - Entrevista Especial UNIP - programa produzido pela Universidade Paulista, onde o médico Drauzio Varella entrevista o dr. Luiz Coeteno da Silva, sobre o fígado
12h30 - Entrevista com o senador José Sood (PMDB-GO) sobre a criação da Região Metropolitana do Entorno do DF
13h30 - Debate com Ivan Ferreira do Prodasen e Paulo César Zeredo da empresa de informática TBA sobre "bug" do milênio na informática
14h30 - Sessão plenária não deliberativa - (representação)
18h45 - Entrevista com o senador José Sood (PMDB-GO) sobre a criação da Região Metropolitana do Entorno do DF
19h30 - Debate com Ivan Ferreira do Prodasen e Paulo César Zeredo da empresa de informática TBA sobre "bug" do milênio

na informática
20h30 - Congresso Hoje
21h - Entrevista Especial UNIP - programa produzido pela Universidade Paulista, onde o médico Drauzio Varella entrevista a médica oncologista e pediatra Beatriz de Camargo, sobre o câncer em criança
22h - Sessão plenária (representação)
0h30 - "Telejornal 'Congresso Hoje'"
1h - "Sete Dias na Política"
2h - Entrevista Especial UNIP - programa produzido pela Universidade Paulista, onde o médico Drauzio Varella entrevista a médica oncologista e pediatra Beatriz de Camargo, sobre o câncer em criança
3h - "Projeto Memória" com o ex-senador José Richa
4h - Entrevista com Levi Santiago
5h - "Sete Dias na Política"
6h - "Projeto Memória" com o senador José Richa

Obs.: Durante a programação serão transmitidos flashes de reportagens, institucionais, especiais e o programa "Fala Cidadão".

RÁDIO SENADO

HOJE

7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)
10h - Sessão plenária
13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)
19h - "A Voz do Brasil"
22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)
Em seguida - Música e informação

COMO SINTONIZAR

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

- Equipamentos necessários:
 - Antena parabólica tipo TVRO (Telada) de 2,85 m (mínima) banda C
 - Receptor ABR 200, ComStream
 - LBN DRO ComStream
 - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

- Informações técnicas:
 - Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
 - Satélite: Brasilsat B2
 - Polarização: Vertical (RX)
 - Modo: Joint-Stereo
 - Taxa: 128 Kbps-BPSK
 - Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) fez ontem um apelo para que o presidente Fernando Henrique Cardoso participe de debates entre os candidatos à Presidência da República. Suplicy comentou declaração feita por Fernando Henrique no jornal *Folha de S. Paulo*, negando-se a participar de debates no primeiro turno e admitindo que pode mudar de ideia "se cair nas pesquisas".

O senador disse que as palavras do presidente revelam "descaso e até desprezo pela opinião pública". Lembrou que, em 1985, Fer-



Suplicy diz que recusa ao debate é descaso pela opinião pública

nando Henrique criticou duramente o então candidato à prefeitura de São Paulo, Jânio Quadros, por se negar a debater com outros candidatos. Para Suplicy, a postura do presidente revela que ele não quer ser questionado sobre assuntos como taxas de desemprego, desigualdade social, índices de criminalidade e Proer. A recusa à discussão é "um golpe nos que acreditavam que, como presidente, Fernando Henrique iria contribuir para aperfeiçoar a democracia", completou, sugerindo às Mesas do Senado e da Câmara que realizem, através de seus canais de televisão, um debate entre os candidatos, e que Antonio Carlos Magalhães, presidente do Senado, e Michel Temer, presidente da Câmara, reforcem seu apelo para que Fernando Henrique participe.

Melo apóia recusa e lembra exigência da lei

O senador Geraldo Melo (PSDB-RN) afirmou ontem, em aparte ao discurso de Eduardo Suplicy, que o presidente Fernando Henrique Cardoso "não tem medo" de participar de debate com os outros candidatos à Presidência. No entanto, lembrou, por exigência da lei, teriam que ser convidados todos os candidatos.

— Acho que o presidente faz muito bem em não ir. Não tem sentido, nem mesmo para a opinião pública, promover debates com a participação de dez candidatos — opinou.

Geraldo Melo observou que Fernando Henrique admite desde já participar de um debate em segundo turno, caso ocorra, porque lá estariam apenas os dois candidatos. Para ele, a lei elei-



Geraldo Melo e Bello Parga defendem a posição de FHC

toral é clara ao determinar que todos os candidatos têm que ser convidados. Primeiro vice-presidente do Senado, Melo manifestou-se contrário à ideia de Suplicy de que a TV Senado e a TV Câmara realizem um debate entre os candidatos, considerando que as emissoras comerciais são mais aptas para esse trabalho.

Também em aparte, o senador Bello Parga (PFL-MA) apoiou a decisão do presidente de não participar de debates no primeiro turno, devido ao número de candidatos. Ponderou que um exemplo citado por Suplicy — a eleição norte-americana — permite debate público porque são só dois candidatos dos dois grandes partidos.

ACM acredita no cumprimento dos prazos

O presidente do Congresso Nacional, senador Antonio Carlos Magalhães, disse ontem não temer que possíveis atrasos na apuração das eleições de outubro inviabilizem o cumprimento dos prazos previstos na legislação para a realização do segundo turno. Ele destacou sua "confiança na eficiência da Justiça Eleitoral" e apontou o diálogo entre o Judiciário e o Legislativo como o caminho para resolver qualquer eventual problema no cumprimento dos prazos.

Legalmente, o Congresso não teria como mudar a atual lei eleitoral até outubro, explicou Antonio Carlos. "Mas, se fosse realmente necessário, uma resolução do presidente do Tribunal Superior Eleitoral resolveria o problema, através de um entendimento com o Legislativo", ressaltou.

O senador afirmou, ainda, ter "plena confiança em que os parlamentares estarão presentes nas datas agendadas para esforços concentrados de votação", durante a atual campanha eleitoral.



TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repertórias e operadoras de TV a cabo

- NET B3B - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirectV - canal 163

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Jânio Marise
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrício
3º Secretário: Flaviano Melo
4º Secretário: Lucídio Portella
Suplentes de Secretário: Emilia Fernandes - Lúdio Coelho
Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreira Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade
Editor-Chefe: Djailma Lima
Editores: Marcos Magalhães, Mariuzza Vaz, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvania Costa
Diagramação: Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes
Fotos: Celso Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo
Arte: Antonio Nogueira

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
15º e 16º andares
Brasília - DF - 70165-920

Impressa pela
Secretaria Especial
de Edição e
Publicações

Senado discute emenda que limita gastos municipais

Apresentada com o objetivo de melhorar a situação financeira dos municípios, proposta do senador Esperidião Amin restringe despesas das Câmaras de Vereadores, estabelecendo tetos proporcionais à população de cada cidade

A proposta de emenda constitucional que limita as despesas com o funcionamento dos legislativos municipais começa a ser discutida na próxima semana no plenário do Senado. A proposta, de autoria do senador Esperidião Amin (PPB-SC), estabelece limites rígidos de despesas nas Câmaras de Vereadores, proporcionais à população de cada município e ao somatório da receita tributária.

Nessa base de cálculo estariam incluídos os recursos das transferências do Fundo de Participação dos Municípios. A proposta, cujo relator é o senador Jefferson Pêres (PSDB-AM), terá cinco sessões para discussão. Os limites propostos variam de 8% da receita, em cidades com menos de 10 mil habitantes, a 3%, no caso dos municípios com mais de 1 milhão de

habitantes. Amin quer diminuir a situação de penúria da grande maioria dos municípios brasileiros.

Apesar dos limites impostos pela Constituição à remuneração dos vereadores e de novas restrições previstas pela Emenda Constitucional nº 1, aprovada em 1992, os abusos nos gastos municipais continuam. Tal prática acarreta significativas perdas para a comunidade local — justifica o senador catarinense.

A pauta do Senado para a próxima semana prevê também a análise de oito matérias, entre elas o projeto que torna obrigatório o ensino da língua espanhola nos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus. A proposta recebeu parecer favorável do senador José Fogaça (PMDB-RS). Outro projeto na pauta assegura aos trabalhadores a livre escolha da instituição bancária onde o empregador deverá depositar o seu salário.



O plenário também examinará na próxima semana projeto que torna obrigatório ensino de espanhol nas escolas de 1º e 2º graus

Lei de Diretrizes Orçamentárias impede antecipação de despesas

Pela nova Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), sancionada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, caso o Congresso não aprove até 15 de dezembro o orçamento da União para 1999, o governo só terá autorização para gastos antecipados no mês de janeiro. Inicialmente, havia autorização de gastos antecipados à aprovação do orçamento sem tempo limitado. Depois, esse tempo limitou-se a três meses e, agora, a um mês. É a LDO que fixa metas, diretrizes e limites para a proposta de orçamento.

O Congresso aprovou a LDO para 1999 no dia 1º de julho. Os parlamentares apresentaram 1.160 emendas à proposta de LDO na Comissão Mista de Orçamento, que aprovou um substitutivo por acordo de lideranças. O substitutivo, relatado pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB) no plenário, acolheu 485 emendas.

O presidente Fernando Henrique Cardoso sancionou a LDO com 19 vetos. Dentre eles, vetou pela segunda vez a solicitação do Congresso para que sejam publicados no orçamento os demonstrativos sobre os gastos com o Proer, o programa de socorro aos bancos. Também foi vetada uma emenda do Congresso que obrigava o governo a publicar os demonstrativos sobre o impacto da securitização das dívidas do setor



Ney Suassuna acolheu 485 emendas de parlamentares em seu substitutivo

rural e também das dívidas de estados e municípios.

Outro veto do presidente impede o acesso dos parlamentares ao Sistema de Informação do Banco Central (Sisbacen), que reúne dados sobre dívida pública e política monetária. Também foi vetada emenda que obrigava o governo a aplicar na área de saúde excedentes da arrecadação de impostos e contribuições.

Por força de outro veto presidencial, a Comissão de Orçamento não conseguirá informações sobre os gastos do governo com organizações como a Radiobrás e a Rede Sarah de Hospitais. O Congresso queria que eles fossem registrados no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siaf).

Comissão deve votar contas do presidente em outubro

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, presidida pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB), deverá votar até 6 de outubro o parecer final do relator sobre as contas do governo federal relativas ao ano de 1997.

De acordo com o cronograma de trabalho da comissão, o parecer do relator, que concluirá por um projeto de decreto legislativo, será feito até o dia 7 de setembro.

Depois, haverá a discussão e a votação do parecer e a apresentação de emendas. Aprovado pela comissão, o parecer será encaminhado à Mesa do Congresso até o dia 11 de outubro.

A Comissão de Orçamento aprovou, no semestre passado, 25 projetos de lei de créditos adicionais para o orçamento deste ano.

O projeto de crédito adicional mais alto aprovado pela comissão, no valor de R\$ 847,4 milhões, cria programa especial para operações oficiais de crédito do Ministério da Fazenda. O relator da matéria foi o deputado Aracely de Paula. Outro projeto aprovado destina R\$ 847,3 milhões de crédito especial para projetos do Mi-

nistério de Minas e Energia, e teve como relator o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT).

Os demais créditos adicionais aprovados pela comissão foram para vários ministérios e entidades públicas, tais como Ministério da Educação, Agência Nacional de Petróleo, Justiça Federal, Justiça Eleitoral, Ministério da Justiça, Ministério da Marinha e Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo.

O projeto de crédito adicional mais alto aprovado pela Comissão de Orçamento foi de R\$ 847,4 milhões

Os créditos adicionais são votados pela Comissão de Orçamento para complementar os recursos destinados às entidades públicas no orçamento já aprovado e em execução.

Existem três tipos de crédito adicional: suplementar, especial e extraordinário.

O suplementar prevê recursos considerados insuficientes em programas já previstos no orçamento anual, enquanto o especial cria programas e recursos novos no orçamento, após a aprovação deste pelo Congresso. O crédito extraordinário é votado pela comissão apenas em casos de necessidades urgentes, como seca, enchentes e demais calamidades públicas.



O senador Jefferson Pêres é o relator da emenda

AGENDA

QUINTA-FEIRA, 6 DE AGOSTO DE 1998

PLENÁRIO

14h30 - Sessão não deliberativa

Marina elogia proibição de retirada de mogno na Amazônia

Senadora apóia reedição pelo governo de decreto que suspendeu por dois anos a exploração da espécie e pede amplo debate sobre a região

A reedição do decreto que proíbe há dois anos a extração de mogno na Amazônia foi elogiada ontem pela senadora Marina Silva (PT-AC) como uma iniciativa governamental capaz de levar o Brasil a agir com mais responsabilidade na proteção do meio ambiente. Mas ela pediu que o governo não se restrinja a essa proibição e que não deixe passar mais dois anos sem discutir a fundo a exploração de madeira na Amazônia.

Marina contou que, há três anos, esteve no Palácio do Planalto com o padre Paulino Baldassari, alertando o governo para os problemas ambientais que a extração predatória do mogno estava causando no Norte do país. "O mogno poderia ser extinto se o Brasil não contivesse o avanço das madeiras que o extraíam", explicou ela. Nessa audiência, segundo informou, ela expôs ao presidente a necessidade de uma moratória e de um profundo debate sobre essa exploração.

Para a senadora, é fundamental que o governo assuma uma conduta que incorpore a tese do desenvolvimento sustentado. Ela advoga a ideia de que o Brasil exija certificado de origem dos nossos produtos florestais, para que tenham qualidade ambiental e social. "Isso para que o Brasil não sofra mais a pecha de fazer extração irregular da madeira", observou a parlamentar.

Marina Silva também contou que, em 1996, foi à Itália, com o padre Heitor Turrini, pedir ajuda para instituir na Amazônia um pólo madeireiro, capaz de propiciar a fabricação de móveis para ex-



Marina defendeu implantação de desenvolvimento sustentado

portação e de reduzir a exportação de madeira bruta. Sua ideia objetivava a venda de móveis brasileiros de qualidade para os

países desenvolvidos, assim como a criação de empregos na região amazônica.

Na cidade de Cuomo (Itália), diante de 175 empresários, Marina e o padre Turrini expuseram essa meta e conseguiram desses industriais a instalação de uma escola de móveis em Xapuri (AC). Conforme a senadora, dois jovens xapurienses já foram enviados à Itália para receber aulas de marcenaria, havendo ainda o projeto de virem artesãos italianos aposentados para dar aulas nessa escola de Xapuri.

— Nosso objetivo é produzir móveis de excelente qualidade. E queremos que o Acre seja pioneiro na proposta de aproveitar os recursos florestais sem causar danos ao meio ambiente. Que essa pequena escola seja modelo para todos — pregou a parlamentar.



Miranda aponta religião como fonte de esperança

Gilberto Miranda defende trabalho de missões religiosas

O senador Gilberto Miranda (PFL-AM) defendeu a presença de missionários de qualquer credo religioso na Amazônia. Ele disse que, além da católicas, esses religiosos "proporcionam auxílio para aquelas populações que desconhecem a existência do Estado, porque vivem isoladas e privadas de todo tipo de assistência a que faz jus qualquer cidadão".

Miranda ressaltou que é "fortemente desejável que as religiões não sejam fonte de violência na Amazônia" e condenou uma relação competitiva entre os cultos. Ele afirmou que a atuação desses grupos religiosos na área deve não só cumprir o objetivo de difusão do bem, mas também o de "inaugurar uma era de relacionamento e compreensão". O senador acrescentou que devem também ser "baluartes de serviço e de apoio" às comunidades da região.

— A religião, nessas circunstâncias e naquela geografia, é esperança, é presença, é companhia, é força para trabalhar. É força para viabilizar o Brasil na Amazônia, desenvolvendo-o sem agressão — observou.

Odacir vê alongamento de dívida como vitória de frente parlamentar cooperativista

Ao apresentar um balanço das ações realizadas durante o período 1997/98 pela Frente Parlamentar do Cooperativismo, o senador Odacir Soares (PTB-RO) citou entre as conquistas mais importantes o alongamento das dívidas junto ao sistema financeiro e o financiamento de capital de giro para as sociedades cooperativas. Ele também destacou a isenção de imposto de renda para as cooperativas agropecuárias e de eletrificação rural.

— A Medida Provisória nº 1.602 previa que as sociedades cooperativistas passassem a pagar imposto de renda sobre as operações, o que violaria uma sistemática tradicional, inserida em lei, de isenção tributária do sistema nas operações com seus associados — comentou Odacir.

A criação do Banco Cooperativo do Brasil (Bancoob), a implementação do Programa de Revitalização das Cooperativas de Produção Agrope-



Odacir destacou isenção de imposto de renda para cooperativas

cuária (Recoop) e a autorização para que as cooperativas de crédito pudessem atuar como agentes do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) também foram citadas por Odacir como contribuições importantes da frente parlamentar, em conjunto com a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).

Hollanda pede prioridade a reformas política e tributária

O senador Joel de Hollanda (PFL-PE) defendeu ontem prioridade, no próximo período legislativo, para as reformas política e tributária. Na opinião do senador, essas reformas são mais importantes do que as institucionais indicadas em documento do Banco Mundial



(Bird), embora também defenda sua realização.

O Banco Mundial recomenda que os países da América Latina realizem mudanças na educação, no mercado de capitais e no Poder Judiciário. De acordo com o documento do banco, os progressos econômicos conseguidos pelos países latino-americanos serão consolidados com es-

tas mudanças.

O senador acredita que as reformas realizadas no Brasil foram feitas de forma equivocada, sem dar prioridade às mudanças nas áreas política e tributária. Para Hollanda, as leis que regem as questões políticas e eleitorais devem ser modificadas. "É consenso hoje que o sistema político brasileiro é obsoleto e não corresponde à fase de desenvolvimento do país", disse.

Ele argumenta que a existência de muitos partidos acaba favorecendo o surgimento de siglas de aluguel e defende a exigência de fidelidade partidária.

TV debate Região Metropolitana do DF

A Região Metropolitana do Distrito Federal, cujo decreto de criação foi assinado nesta semana pelo presidente da República, é o tema da entrevista com o senador José Staud (PMDB-GO) que a TV Senado exibe hoje às 7h, 9h30 e 18h30.

A Região Metropolitana do DF, que

engloba 21 cidades de Minas Gerais e de Goiás, foi proposta pelo senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) e pelo deputado Augusto Carvalho (PPS-DF).

A TV Senado também transmite hoje um debate sobre o bug do milênio, problema que poderá provocar

uma pane nos computadores a partir do ano 2000. Discutem a questão Paulo Cesar Zeredo, diretor técnico da TBA, e Ivan Ferreira, do Centro de Processamento de Dados do Senado e responsável pelo Laboratório Vivo do Legislativo. O programa vai ao ar às 8h, 13h30 e 19h30.



José Staud será o entrevistado do programa sobre a região metropolitana